A PRODUÇÃO DO OUTRO E O OUTRO COMO PENSAMENTO: INFÂNCIAS NEGRAS E INDÍGENAS NA IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Lucas Gabriel Ferreira ALVES
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, SP
Agência financiadora: CNPq, processo 130607/2025-8
lucas.f.alves@unesp.br
Claudete de Sousa NOGUEIRA
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, SP
claudete.nogueira@unesp.br
Eixo 03 - Educação para as relações étnico-raciais

Resumo

O presente trabalho analisa como jornais brasileiros do século XIX contribuíram para a construção discursiva da infância negra e indígena. Parte-se da compreensão de que a infância não constitui uma categoria natural e universal, mas uma construção histórica produzida por relações de saber e poder. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de jornais, revistas e textos médicos do período. A investigação evidencia que os discursos jornalísticos não apenas informavam, mas também produziam imaginários sociais sobre crianças negras e indígenas. Ao mesmo tempo, o trabalho busca tensionar a ideia de uma infância única e universal, discutindo outras formas de compreender a criança, trazendo as visões das comunidades indígenas e quilombolas, nas quais a infância se constitui a partir de diferentes relações com a comunidade, a natureza e o território.
Palavras-chave: Infância. Imprensa. Alteridade.

1. **Introdução**

> Podemos compreender que a criança é um corpo que emerge a partir de relações de forças. Há que se configurar as forças que estavam postas para produzir a criança de determinada maneira em certa época, como aponta Ariès. Que linhas – que podem ser compreendidas como forças – estéticas, económicas, sociais, sanitárias, literárias, educativas etc. fazem emergir a criança com uma determinada representação, na qual ela passa a ser alvo de poderes e saberes pedagógicos, literários, pediátricos, de moda, de cuidado etc.? (Abramowicz, 2018, p. 18).

A infância, longe de ser uma categoria natural e universal, constitui-se historicamente a partir de relações de saber e poder que definem quais sujeitos podem ser

reconhecidos como crianças em diferentes contextos sociais. Os estudos de Philippe Ariès, embora sejam criticados em alguns aspectos, demonstram que a criança e a infância nem sempre existiram como as conhecemos (Ariès, 1986). Conforme Abramowicz (2018, p. 13) e Kramer (1996, p. 18), os estudos do autor, inauguram um novo campo, os “estudos da infância” ou a “história da infância”.

No Brasil do século XIX, tal processo de construção não se deu de forma homogênea, sendo marcado por profundas desigualdades raciais e sociais. Autores como Ferreira (2024) e Costa (1979) demonstram que o surgimento do sentimento da infância surge primeiro nas classes elitistas da sociedade.

A criança emerge, conforme Anete Abramowicz (2018, p. 19), “de uma determinada forma, com uma cor, com certos trajes”. Assim, qualquer criança que não atenda estes aspectos impostos, passam a ser classificadas como antinorma, ou seja, que fogem da norma (Ferreira, 2024).

Neste cenário, a imprensa possui uma grande influência no processo de construção da criança. O Brasil, segundo Martins e Luca “nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra” (Martins, Luca, 2013, p. 3). Desta forma, ao mesmo tempo que a imprensa divulga e registra os acontecimentos da história, também faz parte dela (Azevedo, Pessoa, Neta, 2019, p. 44).

Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar como jornais brasileiros do século XIX contribuíram para a construção discursiva da infância negra e indígena, evidenciando os modos pelos quais essas crianças foram representadas em condições de inferiorização, servidão ou apagamento de sua condição infantil. Busca-se, assim, tensionar a produção de um modelo único de infância e evidenciar outras formas de existência e concepção da criança historicamente invisibilizadas.

Para isso, o texto organiza-se em cinco partes: inicialmente, apresenta-se a introdução e os procedimentos metodológicos; em seguida, discutem-se os enunciados jornalísticos e a influência da medicina na construção da imagem da criança negra e indígena; posteriormente, o texto propõe pensar com outras mentes, trazendo outras formas de conceber a criança; por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2. **Procedimentos metodológicos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, em que se pretende, através da análise de jornais, revistas e textos médicos do século XIX, compreender as formas pelas quais a imprensa contribui para a construção e consolidação da imagem da criança negra e indígena.

Segundo Eduardo Brandão Lima Júnior (*et al* 2021), a Análise Documental pode ser realizada a partir de diversas fontes e diferentes tipos de documentos, não se limitando apenas ao texto escrito. Além de livros e materiais, essa abordagem inclui uma ampla gama de documentos, como leis, fotos, vídeos, jornais, dentre outros.

Para além disso, a pesquisa busca tensionar tais representações a partir do diálogo com outras cosmologias e concepções de infância, deslocando o olhar centrado em uma perspectiva ocidental homogênea para uma compreensão plural da criança, na qual a alteridade se faz presente, especialmente a partir de perspectivas indígenas e quilombolas.

Tal conceito de cosmologia utilizado neste trabalho está ancorado nas discussões mobilizadas por Eduardo Viveiros de Castro. Para o autor, a cosmologia não se apresenta como uma série de mitos e crenças, mas organiza formas específicas de existência e relação com o mundo, estabelecendo um princípio relacional entre humanos, animais, espíritos e natureza.

Assim, na cosmologia perspectivista dos povos indígenas, segundo Viveiros de Castro (1996, p. 126), “todo ser a que se atribui um ponto de vista será assim sujeito”. Desta forma, o ponto de vista é que origina o sujeito. Por outro lado, o que identificamos na cosmologia ocidental é diferente, aqui “o ponto de vista cria o objeto”, fazendo com que o sujeito seja a condição fixa do surgimento do ponto de vista.

Ao utilizar tal conceito, apresentam-se outras formas de conceber a criança e a infância, saindo de um modelo universal de criança historicamente construído a partir de referenciais ocidentais.

3. **Imprensa, medicina e a produção do outro**

> Vendem-se duas pretas muito moças, que cozinham bem o diario de uma casa, engommam, cosem chão, fazem renda e vensem na rua; uma parda de 22 annos, que cose bem, engomma, cozinha e faz todo o mais arranjo de casa, por ser desembaraçada e não ter vícios; um caboclinho de 9 a 10 annos, muito lindo e esperto; dous pretos muito moços, bons para todo serviço: na rua do Vigario, n. 26, se dirá quem vende[1] (Diario de Pernambuco, 1848, p. 3).

O enunciado do Diário de Pernambuco, de imediato nos mostra a venda de pessoas negras e indígenas, algo que por si só evidencia muito da imagem construída dessas populações. Porém, o enunciado vai além, ele não só anuncia a venda, mas também deixa implícito que esses povos são mercadoria, naturalizando um estado de servidão.

[1] Em todas as passagens de textos do século XIX, a grafia será mantida conforme o original.

Durante todo o século XIX, em vários jornais da época, é possível encontrar anúncios de vendas fazendo com que, a cada enunciado deste tipo, ocorre um reforço, vinculando a imagem de servidão com esses povos.

> Vende-se um caboclinho, de 11 annos, proprio para aprender qualquer officio; na praça do Commercio, n. 6 (Diario de Pernambuco, 1846a, p. 4).
>
> Vende-se uma negrinha, e uma cabrinha; a primeira terá 10 a 12 annos, e a segunda 7 a 8: no pateo da S. Cruz, padaria, n. 6 (Diario de Pernambuco, 1846b, p. 4).
>
> Vende-se um caboclinho claro, de 12 a 13 annos de idade, proprio para pagem ou qualquer officio; na rua Direita n. 57, loja (Jornal do Commercio, 1859, p. 4).
>
> Escrava para alugar. – Aluga-se uma negrinha de 10 annos, própria para carregar crianças; na ladeira do Seminario n. 20 (Correio Mercantil, 1859, p. 3).

Através destes enunciados, é possível identificar o padrão de seu sistema. Os jornais e revistas operam através da criação ou reafirmação de pensamentos, reforçando-as através da repetição. Desta forma, conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), os jornais não procedem através da comunicação de informações, mas sim pela comunicação de palavras de ordem.

A imprensa, segundo Farge (2009, p. 13), se configura como um meio de leitura dirigido ao público, portanto busca “divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão”, é um meio carregado de intenções. Neste caso, a palavra de ordem proferida coloca essas crianças em um estado de servidão, criando a imagem social delas.

É preciso destacar, que estes enunciados não são anteriores ao *a priori* que os regem, ou seja, para que tais enunciados possam existir, é necessário que exista condições anteriores a eles. Desta forma, não se trata de encontrar o que torna “legítimo uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados” (Foucault, 2008, p. 144).

Os jornais são influenciados por esse *a priori*, contudo, ao mesmo tempo, participam de sua constituição e circulação, ao reforçarem determinados regimes de verdade. Nesse cenário, a medicina legal no Brasil, ao longo do século XIX, exerceu muitas influências sobre os meios de comunicação e a sociedade de modo geral. Segundo Antunes (1999, p. 10), ela teve uma grande intervenção na “‘medicalização’ da morte, ‘medicalização’ da moral, ‘medicalização’ da atividade sexual, ‘medicalização’ da sociedade”.

No Brasil, a influência da escola positivista foi significativa. Segundo Miguel Reale (*apud* Dio, 1961, p. 222), foi no campo do “direito penal” que os novos ideais italianos

pregados por “Lombroso, Ferri e Garofalo” ganharam vida, fazendo das teorias da escola positivista “quase uma palavra de ordem para as novas gerações”.

O médico Nina Rodrigues (1862-1906), foi consagrado, segundo Afrânio Peixoto (*apud* Veiga, 2022, p. 174), como “apóstolo da antropologia criminal no novo mundo”, pelo próprio Lombroso. Nos jornais e revistas do século XIX, encontramos influências destes ideais, assim como textos do próprio Nina Rodrigues publicados.

Em 1839 Emilio Germon escreve para o Diário do Rio de Janeiro, tratando da Guiana Francesa e destaca que somente os negros conseguem trabalhar neste local, pois o clima é quente. Os povos originários que ali se encontram, segundo o autor, reservam seu tempo para o sono e ainda se encontra na “infancia da civilização” (Germon, 1839, p. 2).

Ao decorrer de suas escritas, Germon escreve sobre a mulher indígena, dizendo que ela, “como os pequenos orangotangos, (...) é bonita, e muito gentil, porém também como elles, o angulo facial é horrivelmente disforme na idade adulta” (Germon, 1839, p. 2).

A partir de suas escritas, Germon se aproxima da frenologia de Franz Joseph Gall, uma pseudociência que busca, como Gall destaca em carta:

> mostrar que é possível reconhecer diferentes disposições e inclinações pelas elevações e depressões da cabeça; e apresentar, de maneira clara, as consequências mais importantes que daí resultam para a medicina, a moralidade, a educação e a legislação[2] (Capen, 1835, p. 7).

A frenologia influenciaria a elaboração da criminologia e a elaboração, por Cesare Lombroso, da antropologia criminal (Macedo, 2015; Santos, Peixoto, 2020; Fontes, Hoffmann, 2022), na qual Nina Rodrigues era adepto.

As páginas dos jornais e revistas, foram abertas para as escritas do médico legista. No final do século XIX, Nina Rodrigues publicaria no O Brazil-Medico, buscando sustentar que os povos diferentes não possuem uma mesma alma entre si.

> A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequencia uma intelligencia da mesma capacidade em todas as raças, apenas variavel no gráo de cultura e passível, portanto, de attingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grào de cultura mental das raças superiores, é uma concepção irremessivelmente condemnada em face dos conhecimentos scientificos modernos (Rodrigues, 1894, p. 121).

No mesmo ano, Nina Rodrigues e Matheus dos Santos realizaram alguns exames médicos em Manoel Ivo da Rocha, um homem negro de 49 anos. Manoel era acusado de

[2] Tradução do autor.

louco, e em seus exames, conforme os médicos, nada foi encontrado de sofrimento psíquico.

Desta forma, Nina Rodrigues e Matheus dos Santos (1894, p. 21) atribuíram esse estado de Manoel, a sua pouca instrução, a sua cultura e sua "inferioridade mental". Manoel suspeitava que era vítima de feitiçaria, sobre isso os médicos destacam: "Se atendermos a instrução insuficiente deste individuo; se atendermos ás condições psicológicas de sua raça, pois que os africanos importados no Brasil estavam em pleno período feitichista".

A imprensa, por meio do discurso, cria e reforça uma imagem desses povos, quando defendem ideais pseudocientíficos que buscam inferiorizá-los. É desta forma que se compreende os discursos jornalísticos não apenas como informações, mas também como produtores de regras, práticas e imaginários.

Nesta chave, os documentos não se configuram como algo isolado, mas sim como o produto de uma época, de uma sociedade e das relações de poder impostas sobre ele (Le Goff, 1990), tornando-os uma "produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é construtiva de práticas" (Fischer, 2001, p. 199).

É tornando o outro invisível que se faz possível construir uma criança única, uma cultura superior ou uma única cosmologia. O resgate destas outras concepções se faz infinitamente necessário.

4. **Pensar com outras mentes**

> Aceitar a oportunidade e a relevância desta tarefa de *'penser autrement'* (Foucault) o pensamento – de pensar 'outramente', pensar outra mente, pensar com outras mentes – é comprometer-se com o projeto de elaboração de uma teoria antropológica da imaginação conceitual, sensível à criatividade e reflexividade inerente à vida de todo coletivo, humano e não-humano (Viveiros de Castro, 2018, p. 25).

É nesta chave que a noção de cosmologia, apresentada na metodologia deste trabalho, se torna operativa. Mais do que um conjunto de crenças, a cosmologia constitui uma forma de existência fundada em princípios relacionais entre humanos e não-humanos, que podem assumir diferentes configurações de acordo com cada povo e comunidade. As crianças estão inseridas nessas relações e, por isso, sua experiência se constitui em relação com a natureza, os não-humanos e o território. É no interior destas cosmologias que diferentes formas de conceber a criança e a infância se tornam possíveis, como veremos a seguir.

Neste sentido, a antropologia, a história e a sociologia foram, em grande medida, responsáveis pela construção de imagens do "outro" a partir de perspectivas ocidentais,

nos quais, como aponta Viveiros de Castro (2018, p. 21), “o ‘outro’ é sempre ‘representado’ ou ‘inventado’ segundo os interesses sórdidos do Ocidente”.

No campo da educação, tais representações, pautadas em uma perspectiva ocidental, também se fazem presentes, sobretudo quando um tipo de criança provoca interesse, enquanto outras permanecem invisíveis. Desta forma, torna-se indispensável a crítica e a abertura para outras formas de conceber a criança.

O médico Nina Rodrigues, em 1896 publicaria na Revista Brazileira seu texto denominado *O animismo fetichista dos negros bahianos.* Este conceito, “animismo”, conforme Felipe Pinto Monteiro e Márcio Couto Henrique (2025, p. 8), foi proposto por Edward Tylor, em sua obra *Primitive Culture* (1871). Segundo os autores, Tylor, procurando elencar as formas mais “primitivas” de religião, elencou o animismo como uma delas: “aquela que atribui ‘alma’ a todos os habitantes do cosmos e que precederia o politeísmo e o monoteísmo”.

Enquanto a perspectiva ocidental marginalizou e continua marginalizando outras concepções de vida, é preciso ir na contramão, trazendo outras mentes para que pensem e transmitam suas visões, sem que o filtro ocidental as distorção.

São estas crianças que pretendemos fazer emergir. Crianças que nasceram em cosmologias que ensinam a “ouvir os cantos dos pássaros e os chiados da mata”, como destaca Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 1), conhecido como Negô Bispo, ao decorrer de sua infância.

Crianças que não são consideradas como um vir a ser, pois já possuem tudo que precisam para ser, necessitando apenas exercer sua condição de criança (Munduruku, 2006). A educação, direcionadas a ela, não possui o objetivo de transformá-las em “campeãs (...). Não almejamos, por exemplo, que virem chefes” (Krenak, 2022, p. 115).

Sociedades em que a criança, e toda sua cosmologia convive com a natureza, com os animais, com os humanos e não-humanos. Onde a educação é constantemente aprendida, existindo uma formação a todo momento, basta querer estar nesse processo (Bomfim, 2024), onde o exemplo dos mais velhos é de suma importância para o aprendizado dos mais novos, a tradição é aprendida através da vivência (Munduruku, 1999).

5. Conclusão

A análise dos jornais e das fontes históricas indica que a infância não pode ser entendida como uma categoria universal ou natural, mas sim como uma construção histórica. Ao longo do século XIX, os enunciados contidos em jornais e revistas não se limitaram apenas na transmissão de informações, contribuindo também, para produzir

determinadas formas de infância, associando socialmente a criança indígena e negra à servidão, à inferiorização ou como sujeitos que não possuíam o pleno direito à infância.

Entretanto, ao fazer emergir esses discursos e suas condições históricas, abre-se a possibilidade de tensionar essa universalização da infância e de pensar outras formas de existência. Nesse movimento, ganha relevância o reconhecimento de diferentes cosmologias e modos de vida, nos quais a infância não se restringe a uma etapa de preparação, mas pode ser compreendida como uma forma de existência plenamente inserida nas relações com o mundo, com os outros, com a natureza e com o território.

Esses outros modos de compreender a infância colocam em discussão os referenciais ocidentais que, durante muito tempo, foram entendidos como universais. Ao entrar em contato com outras formas de viver a infância, podemos repensar os sentidos atribuídos ao próprio conceito ocidental de criança ou infância. Quando consideramos apenas uma única visão, não estamos somente deixando outras perspectivas de lado, estamos, para além disso, distorcendo as perspectivas de outros. Assim, trazer as vozes e visões indígenas e negras para a reflexão significa dar visibilidade a experiências e saberes que foram historicamente apagados.

6. **Referências**

ABRAMOWICZ, Anete. Introdução Panorama Atual da Educação Infantil: suas temáticas e políticas. In: ABRAMOWICZ, Anete; HENRIQUES, Afonso Canella. **Educação Infantil**: a luta pela infância. Campinas, SP: Papirus, p. 13-51, 2018.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamental no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2.º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos; PESSOA, Lígia Silva; NETA, Olíveira Morais de Medeiros. A Hemeroteca Digital Brasileira: fontes e possibilidades para a pesquisa em História da Educação. **Revista Cenas Educacionais**, Caetité, Bahia, v. 2, n. especial, p. 39-55, 2019.

BOMFIM, Andréa Souza; NASCIMENTO, Rosânia do. “O mar e a terra são territórios”: ensinamentos do Sr. Nildo Sacramento Bomfim, do Quilombo Pesqueiro Graciosa-BA. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 13, n. 25, e14532, 2024.

CAPEN, Nahum. Biography of Dr. Gall. In: GALL, François Joseph. **On the origin of the moral qualities and intellectual faculties of man, and the conditions of their manifestation.** Tradução de Winslow Lewis Jr. Boston: Marsh, Capen & Lyon, 1835. v. 1.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, sabbado, 20 de agosto de 1859, ano XVI, n. 228.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, quarta-feira, 23 de fevereiro de 1848, ano XXV, N. 43.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, segunda-feira, 20 de abril de 1846a, ano XXII, N. 87.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, sexta-feira, 30 de janeiro de 1846b, ano XXII, n. 24, p. 4.

DIO, Renato Alberto T. di. A escola positiva de direito penal e sua influência no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 56, n. 2, p. 182-249, 1961.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Emerson Benedito. **Vidas e Rastros de Crianças Negras em Documentos Judiciais do Século XIX**. São Paulo: Dialética, 2024.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Rio Grande do Sul: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.
FONTES, Eduardo; HOFFMANN, Henrique (coord.). **Criminologia**. 5. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora jusPodivm, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GERMON, Emilio. Communicado. Noticia histórica da Guyana Franceza. **Diario do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, terça-feira, ano. XVIII, n. 134, 18 de Junho de 1839.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de maio de 1859, ano XXXIV, n. 136.

JÚNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51, 2021.

KRAMER, Sonia. Pesquisando Infância e Educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. **Infâncias**: fios e desafios da pesquisa. Campinas, SP: Papirus, p. 13-38, 1996.

MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. A frenologia e a temática do crime no Instituto Histórico de Paris durante a Monarquia de Julho (1830–1848). **Revista Urutágua**, Maringá, n. 31, p. 73-87, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

MONTEIRO, Filipe Pinto; HENRIQUE, Márcio Couto. Nina Rodrigues e os Índios do Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MUNDURUKU, Daniel. **Catando piolho, contando histórias**. São Paulo: Brinque-Book, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. São Paul: Editora Angra, 1999.

RODRIGUES, Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal; a criminalidade e a imputabilidade á luz da evolução mental. Applicações ao direito criminal brasileiro. **O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia,** Rio de Janeiro, ano VIII, n. 16, 1894.

RODRIGUES, Nina; SANTOS, Matheus dos. Parecer sobre o estado mental de um individuo julgado incapas por supposta existencia de um delirio de perseguição. **O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2, 1894.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos; PEIXOTO, José Adelson Lopes. O espiritismo sob a perspectiva dos estudos e da conversão do médico Cesare Lombroso (1857-1909). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, p. 526-547, 2020.

VEIGA, Cynthia Greive. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.